

Líderes tentam acordo segunda sobre modelo presidencialista

ANC P3 HUC X

As lideranças de todos os partidos voltam a se reunir na segunda-feira para tentar um acordo sobre o modelo presidencialista de governo que será adotado depois da promulgação da nova Carta. O deputado Ulysses Guimarães comunicou aos líderes que, dependendo do resultado da reunião, vai pôr a proposta em votação já na sessão marcada para a tarde de segunda ou, no máximo, terça-feira.

Existem ainda três pontos pendentes. O primeiro, sobre a moção individual de censura a ministros por dois terços da Câmara dos Deputados; o segundo, sobre a possibilidade de o Presidente da República enviar ao Congresso, uma vez por ano, uma justificativa

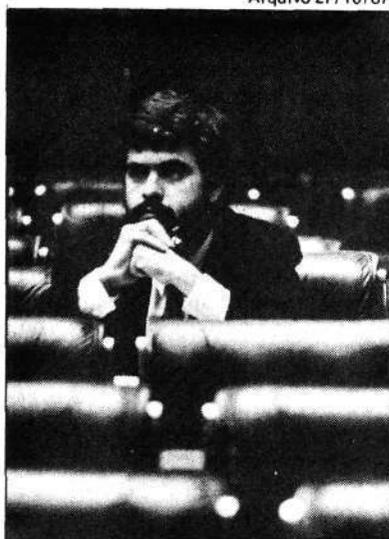
de suas promessas de campanha; e o terceiro, apelidado de "cartão", que prevê uma "moção de discordância" curiosa: por assinatura de um terço dos membros da Câmara, o ministro de Estado será chamado a depor e, na sessão seguinte, dois terços podem achar que tudo o que afirmou foi uma inverdade. Caso esse quorum não seja alcançado, tudo o que o ministro tiver dito será verdade absoluta.

O deputado Nelson Jobim (RS), destacado pelo líder Mário Covas para negociar pelo PMDB, é a favor da retirada, do texto aprovado no último dia 22, dos três pontos. Já o presidente do PFL, senador Marco Maciel, afirma que a moção de censura individual pode ser mantida, embora prefira a aprovação

prévia, como nos Estados Unidos. O PC do B quer que a moção de censura possa ser aprovada por maioria absoluta e não por dois terços, conforme emenda do deputado Eduardo Bonfim (AL).

Está acertado que a posse do Presidente da República será ante o Congresso Nacional e não diante do Supremo Tribunal Federal, conforme estabeleça a emenda aprovada, de Humberto Lucena. Haverá uma mexida no texto para não deixar dúvida de que a eleição para presidente e vice-presidente da República será por chapa, eliminando a hipótese de o Presidente pertencer a um partido ou coligação e o vice a outro esquema político.

Arquivo 27/10/87



Augusto: 'papel de palhaço' Augusto quer punir quem não trabalha

A nova Constituição só será promulgada no dia em que o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, se curvar às reclamações generalizadas dos parlamentares e punir quem não trabalha. Esta é a opinião do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que não se arrisca a fazer qualquer prognóstico sobre término dos trabalhos "enquanto a coisa continuar como está".

Carvalho expõe que todos os constituintes são regimento pagos para elaborar a futura Carta, mas grande parte deles não quer trabalhar, o que está retardando as atividades. Contudo, destaca que há uma comissão por parte da Mesa da Constituinte, pois há mais de um ano que reclamam disso e até agora nenhuma medida foi tomada.

Convocar os suplentes dos parlamentares, no caso de falta dos titulares, é uma das sanções que o deputado comunista acredita que traria bons resultados, já que, convocados numa situação dessas, os suplentes certamente viriam dispostos a trabalhar. Mas ele também considera positivas outras sugestões, como a da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que defende a verificação de quorum a partir do número de presentes.

Pressão

Ele diz estranhar que os faltosos apareçam em ocasiões de grande importância, como no episódio de votação do sistema de governo e do mandato presidencial. Augusto Carvalho acrescenta não ter dúvida de que esses parlamentares só votam quando pressionados e que, colocados à direita, representam grupos e interesses determinados, "numa demonstração de pouco dever patriótico".

"Eu e os demais parlamentares que freqüentamos as sessões estamos, na verdade, fazendo papéis de palhaços, porque trabalhamos, mas o resultado de nosso trabalho não pode ser computado porque os ausentes atrapalham", desabafa, reiterando sua esperança que a Mesa puna quem deve e pare de se omitir.

"Constituinte acaba em junho"

Arquivo 12/05/87

O deputado federal Ricardo Fiúza (PFL-PE) tem o mês de junho como o mais provável para a promulgação da nova Carta constitucional. Para ele, é fundamental a presença de todos os congressistas em Brasília para que os trabalhos constituintes ganhem uma "boa velocidade", sem a qual, diz, "o prazo do término da Assembléia ficará indefinidamente dando margem à especulação maldosa".

A falta de quorum, principalmente nas segundas e sextas-feiras, tem dado margem a "piadas" que somente tendem a denegrir a Assembléia Constituinte e, principalmente, os parlamentares assíduos em plenário, "pois seus nomes são misturados com os dos faltosos num mesmo saco", afirma Fiúza.

De acordo com o parlamentar, os motivos alegados pelos ausentes são plenamente justos, até que se prove o contrário. "Até que tenhamos a falta justificada pelos motivos mais esdrúxulos, como o deputado não veio por ter que cuidar de uma unha encravada", coisas assim", conclui o parlamentar.

Suplente

Ricardo Fiúza é favorável a uma reforma no Regimento Interno da Assembléia Constituinte que produza alguma punição sobre os congressistas faltosos. Dentre as várias propostas existentes sobre a Mesa da Constituinte a respeito do assunto, o parlamentar sugere mais uma, ou seja, que em caso de ausência, o suplente do congressista



As ausências preocupam Fiúza

possa votar em seu lugar.

Somente um ponto poderá atrapalhar a sugestão de Fiúza, se aprovada pela Mesa: o suplente só pode tomar posse e consequentemente votar com a cassação ou morte do titular do mandato, já que o plenário da Assembléia Constituinte não é igual ao plenário da Comissão de Sistematização, que estava sujeito ao mecanismo de suplência devido à própria titularidade do mandato do suplente.

Apesar de concordar com esse argumento, Fiúza acredita que o presidente Ulysses Guimarães pode perfeitamente abrir uma exceção no caso da Assembléia Constituinte. "Não cassando o mandato de quem falta continuamente, mas apenas licenciando seu titular por um período de tempo", ressalta o congressista.

Lins faz apelo por negociação

"Agora, é necessário que todos sentem à mesa de negociação para que se consiga um bom texto presidencialista". É o pedido que faz o deputado federal José Lins (PFL-CE), que acha improvável a manutenção da figura do primeiro-ministro-coordenador e da moção de censura a ministro de Estado no sistema de governo aprovado pela Assembléia Constituinte.

Para não prejudicar ainda mais os trabalhos da Constituinte, já bastante debilitados com a falta de quorum em plenário desde a votação do sistema de governo, o congressista considera a negociação fundamental.

Para líder, adiar é traição

Porto Alegre — O líder do PFL no senado, Carlos Chiarelli, advertiu ontem que a Constituinte estará traído o povo se aprovar a prorrogação dos mandatos e adiar as eleições municipais marcadas para novembro. Na sua opinião, os eleitores não delegaram este poder aos constituintes e o que a sociedade quer é o cumprimento do calendário eleitoral. «O povo não quer ser marginalizado. E se a Constituinte tomar a decisão do adiamento, terá cometido um ato triste e vaxatório», afirmou o senador.

Chiarelli não acredita que a tese da prorrogação tenha nascido den-

Segundo ele, agora que o presidencialismo já está mantido, cabe às forças políticas da Constituinte se empenhar pela sua melhoria, mesmo que seja preciso uma reforma regimental para tanto. "A hora é de reflexão e de confronto. Chega um momento em que a responsabilidade envolve a todos. Parlamentaristas e presidencialistas" — argumenta.

Lins elogia a capacidade de entendimento dos vice-líderes partidários que vêm realizando reuniões contínuas com objetivo de "enxugar" o presidencialismo da emenda do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), dos "excessos de teses parlamentaristas".

tro do PMDB, como posição partidária. Entretanto, ele assegura que há setores dentro do PMDB que estimulam o adiamento das eleições com receio das urnas, diante do fracasso administrativo dos seus governadores.

Já com relação a CPI que investiga a corrupção, da qual ele é relator, Chiarelli anunciou que irá propor a convocação do consultor-geral da República, Saulo Ramos, para que ele exponha pessoalmente a sua afirmação de que a comissão é inconstitucional.

Segundo o senador, a CPI é constitucional e vem cumprindo com eficiência o seu papel.